



**Demonstrações Financeiras Intermediárias com
Relatório dos Auditores Independentes**

Terra Brasis Resseguros S.A.

30 de junho de 2015

Terra Brasis Resseguros S.A.

Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2015

Índice:

| | |
|--|----|
| Relatório da Administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias ... | 6 |
| Balancos Patrimoniais | 8 |
| Demonstrações do Resultado | 10 |
| Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto | 11 |
| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | 12 |
| Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias | 13 |
| 1. Contexto Operacional | 13 |
| 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias | 13 |
| 3. Principais Práticas Contábeis | 14 |
| 4. Disponível | 18 |
| 5. Aplicações Financeiras | 18 |
| 6. Créditos e Débitos de Operações com Seguros e Resseguros | 20 |
| 7. Imposto de Renda e Contribuição Social | 22 |
| 8. Ativo Imobilizado e Intangível | 23 |
| 9. Transações com Partes Relacionadas | 23 |
| 10. Depósitos de Terceiros | 24 |
| 11. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) | 24 |
| 12. Provisões Técnicas e Custos de Aquisição Diferidos | 25 |
| 13. Cobertura das Provisões Técnicas | 28 |
| 14. Grupos de Ramos de Atuação | 29 |
| 15. Patrimônio Líquido | 30 |
| 16. Políticas de Gerenciamento de Riscos | 30 |
| 17. Detalhamento das Contas de Resultado | 33 |
| 17. Detalhamento das Contas de Resultado (continuação) | 34 |
| 18. Outras Informações | 34 |
| Conselho de Administração | 35 |
| Diretoria | 35 |
| Contador | 35 |
| Atuário | 35 |
| Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria | 36 |

Relatório da Administração

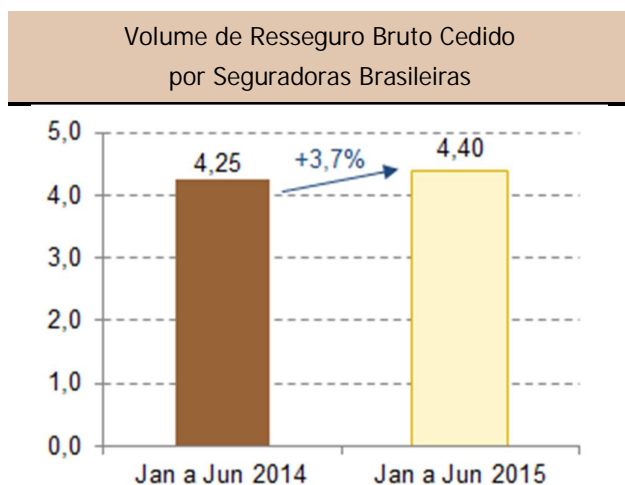
Senhores Acionistas,

Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras intermediárias da Terra Brasis Resseguros S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

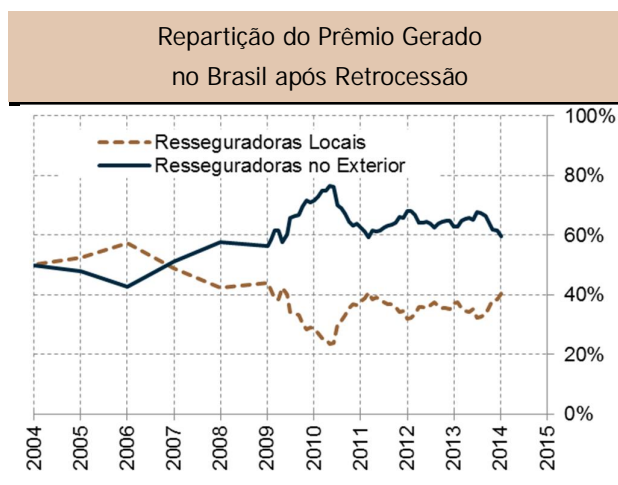
O Mercado Brasileiro de Resseguros

Com base em informações públicas divulgadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, o volume de resseguros cedidos pelas Seguradoras brasileiras, bruto de comissão e incluindo Riscos Vigentes Não Emitidos - RVNE, atingiu a cifra de R\$ 4,40 bilhões nos primeiros seis meses de 2015, apresentando crescimento nominal de 3,7% em relação ao mesmo período de 2014.

As Resseguradoras Locais deverão receber perto de 70% desse volume porém depois de computadas as retrocessões feitas ao exterior o volume de prêmio retido no Brasil se reduz para algo entre 35% e 40% do total do resseguro cedido pelas Seguradoras brasileiras, inferior ao índice de 50% que o IRB retinha durante a época do monopólio.



Fonte: Terra Brasis, números expressos em bilhões de reais



Fonte: Susep, Terra Brasis

Estes números analisados em conjunto com o montante de capital investido nas novas Resseguradoras formadas no Brasil após a abertura do mercado, indicam que o mercado de Resseguradoras Locais tem ainda capacidade de absorção de um volume de riscos bem maior do que o atualmente retido.

O lucro do conjunto das Resseguradoras Locais, após a dedução de impostos, registrou até Maio de 2015 o valor de R\$ 285 milhões, frente a R\$ 255 milhões no mesmo período de 2014. Esta melhora é fortemente influenciado pelo resultado financeiro bruto de R\$ 538 milhões, obtido até Maio de 2015, crescimento de 73% comparado aos R\$ 311 milhões no mesmo período de 2014.

Algumas Resseguradoras Locais iniciaram ou incrementaram um processo de internacionalização, aceitando riscos do exterior, notadamente da América Latina. Esta iniciativa, feita com cautela e competência é parte da estratégia de formar no Brasil um Polo Regional de Resseguros, projeto natural para um país que, com um forte mercado ressegurador local e com poucas catástrofes naturais, pode mitigar os riscos de países vizinhos localizados numa região altamente exposta a desastres naturais.

A Resolução 325/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP publicada em 03/08/2015 faz com que os principais itens da regulamentação do resseguro retornem àquelas implantadas na época da abertura, revogando, gradativamente até 2020, as alterações introduzidas em 2010, que tornaram a oferta local preferencial de 40% em colocação obrigatória e que limitaram a 20% o resseguro e a retrocessão intra-grupo ao exterior. Considerando que as práticas utilizadas durante os anos de 2009 e 2010, motivo das alterações de regulamentação em 2010, não voltarão a ser utilizadas, a Resolução 325/15 terá efeitos positivos no mercado, pois elimina um ponto de longa e constante discussão e atrito e pode focar os esforços do mercado no desenvolvimento da indústria local de resseguros.

Organização Societária

A Terra Brasis, com capital integralizado de R\$ 100,5 milhões, é parte do Grupo Financeiro Brasil Plural e possui participação qualificada do *International Finance Corporation - IFC*, braço financeiro do Banco Mundial para o setor privado.

Além da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, a Terra Brasis possui os Comitês de Auditoria, de Investimentos, de Subscrição e de Sinistros, órgãos estatutários de apoio à Administração, também homologados pela Susep.

Perspectivas e Estratégias de Negócios

A Terra Brasis desde seu início de operações em Novembro de 2012 mantém sua estratégia de aceitar negócios de forma prudente com grau de risco e expectativa de retornos coerentes, buscando aumentar consistente e progressivamente o volume de negócios e a rentabilidade do capital investido.

A Companhia mantém o investimento no desenvolvimento da equipe de colaboradores e continua em seu esforço para aperfeiçoar os seus procedimentos operacionais de forma a melhor atender aos clientes e parceiros. Procura também colaborar para o aprimoramento do mercado, com iniciativas que visem à reciclagem de conceitos e a introdução gradativa de técnicas contemporâneas na área de resseguros. Nesta linha já ministrou cursos de resseguro para mais de 300 funcionários de 25 companhias de seguro e continua desenvolvendo estudos sobre os impactos das catástrofes naturais no país, publicado no Mapa de Catástrofes Naturais Brasileiras, trabalho premiado pela Confederação Nacional de Seguros – CNSEG no concurso Antônio Carlos de Almeida Braga de Inovação em Seguros. O Mapa, que se tornou referência no mercado, continua a ser periodicamente atualizado e durante o primeiro semestre de 2015 foi desenvolvido na versão eletrônica, disponível no site da Companhia.

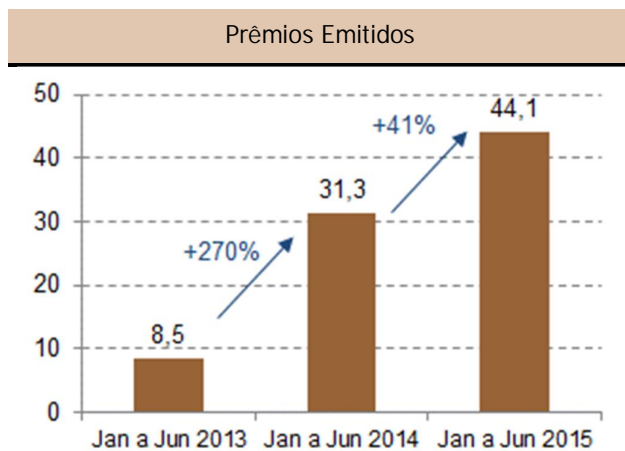
Acreditando que a percepção da situação relativa é importante para inserção internacional, a Terra Brasis desenvolveu durante 2014 estudos sobre outros mercados de resseguro na América Latina e em 2015 iniciou de forma marginal e exploratória o recebimento de ofertas e a aceitação selecionada de alguns riscos oriundos da Colômbia e do Peru. O objetivo desta iniciativa é obter um conhecimento e um diagnóstico que permitam a escolha da estratégia correta para obter a melhor inserção nestes mercados.

A Terra Brasis mantém sua filiação à *Federação Interamericana de Empresas de Seguros - FIDES*, entidade composta por representantes do mercado de seguros de outros 16 países da América Latina além dos Estados Unidos e da Espanha e que tem como objetivo estimular o desenvolvimento do mercado, defendendo a iniciativa privada e padrões éticos e técnicos em todas as atividades relacionadas ao setor.

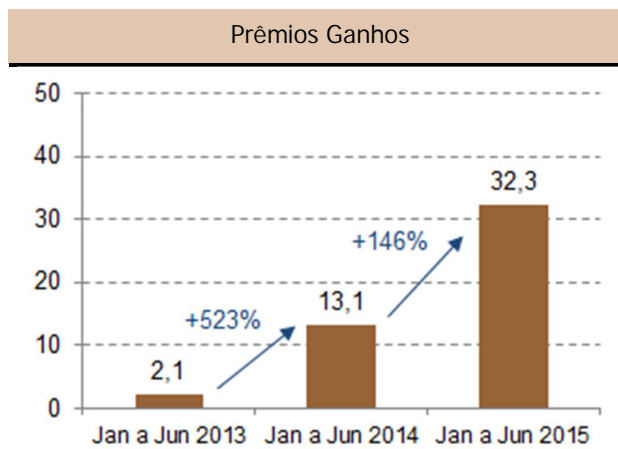
A Terra Brasis adota a política de sustentabilidade em seguros, coerente com procedimentos estruturais do acionista *International Finance Corporation - IFC*, e observa em seu processo decisório a conscientização sobre questões ambientais, sociais e de governança. Nesse sentido foi a primeira Resseguradora Local a assinar o *Principles for Sustainable Insurance - UNEP FI*, iniciativa das Nações Unidas em parceria com a indústria global de seguros.

Desempenho Operacional

A Terra Brasis continua a receber crescente apoio de Seguradoras e Corretoras do mercado brasileiro, conduzindo ao valor de prêmio emitido no primeiro semestre de 2015 de R\$ 44,1 milhões contra R\$ 31,3 milhões de 2014 e R\$ 8,5 milhões referentes ao mesmo período de 2013.



Fonte: Terra Brasis, valores expressos em milhões de reais



Fonte: Terra Brasis, valores expressos em milhões de reais

O resultado positivo de R\$ 918 mil após impostos, obtido no primeiro semestre de 2015, está de acordo com o plano de desenvolvimento e é resultado da tendência de redução gradativa dos índices de custos administrativos e de custos de retrocessões, situação prevista pelo crescimento gradual de negócios da Companhia nesta fase das operações.

O disponível e as aplicações financeiras registraram R\$ 121,8 milhões em 30 de Junho 2015, contra R\$ 107,3 milhões em 30 de Junho de 2014, contribuindo com os seus resultados para o desempenho de Companhia. As aplicações financeiras obedecem aos normativos oficiais, principalmente os contidos nas Resoluções CNSP nº 226/2010 e CMN nº 3.308/2005. As aplicações em fundos de investimento de liquidez e seus portfólios são monitorados individualmente e registrados contabilmente na categoria ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A Agência *A.M.Best*, especializada no setor de seguros, manteve o *rating global* de força financeira **B++** com perspectiva estável e o *rating global* de crédito emissor **bbb**, alterando a perspectiva de estável para positiva. A *Standard & Poors* manteve a nota **brA+**, na escala doméstica, com perspectiva estável.

Agradecimentos

Agradecemos às Autoridades do Setor, Seguradoras, Corretoras, Retrocessionárias e a todos os parceiros de negócios pela confiança depositada nos trabalhos da Administração. Agradecemos também aos nossos Acionistas e Colaboradores pelo contínuo empenho no desenvolvimento da Terra Brasis.

São Paulo, 19 de Agosto de 2015

Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores e acionistas da
Terra Brasis Resseguros S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Terra Brasis Resseguros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Building a better
working world

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terra Brasis Resseguros S.A em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

São Paulo, 19 de agosto de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3

Balanços Patrimoniais30 de junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

| Ativo | Notas | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|--------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | 213.593 | 185.534 |
| Disponível | 4 | 1.131 | 1.284 |
| Caixa e bancos | | 1.131 | 1.284 |
| Aplicações | 5 | 120.678 | 111.633 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | 6 | 40.863 | 42.539 |
| Operações com seguradoras | | 38.689 | 41.015 |
| Operações com resseguradoras | | 2.174 | 1.524 |
| Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas | 12.2 | 49.063 | 28.567 |
| Títulos e créditos a receber | | 161 | 226 |
| Títulos e créditos a receber | | 23 | 24 |
| Créditos tributários e previdenciários | 7.1 | 57 | 169 |
| Outros créditos | | 81 | 33 |
| Despesas antecipadas | | 388 | 10 |
| Custos de aquisição diferidos | 12.3 | 1.309 | 1.275 |
| Resseguros | | 1.309 | 1.275 |
| Ativo não circulante | | 3.524 | 3.718 |
| Realizável a longo prazo | | 2.934 | 3.128 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | 6 | 19 | 26 |
| Operações com seguradoras | | 19 | 26 |
| Títulos e créditos a receber | 7.1 | 2.915 | 3.102 |
| Créditos tributários e previdenciários | | 2.915 | 3.102 |
| Imobilizado | 8 | 295 | 277 |
| Bens móveis | | 280 | 264 |
| Outras imobilizações | | 15 | 13 |
| Intangível | 8 | 295 | 313 |
| Outros intangíveis | | 295 | 313 |
| Total do Ativo | | 217.117 | 189.252 |

| Passivo | Notas | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|--|--------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | 117.346 | 89.966 |
| Contas a pagar | | 999 | 701 |
| Obrigações a pagar | | 455 | 152 |
| Impostos e encargos sociais a recolher | | 218 | 186 |
| Encargos trabalhistas | | 291 | 155 |
| Impostos e contribuições | | 35 | 208 |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | 6 | 25.775 | 25.412 |
| Operações com resseguradoras | | 24.864 | 24.318 |
| Corretores de seguros e resseguros | | 911 | 1.094 |
| Depósitos de terceiros | 10 | 425 | 1.240 |
| Provisões técnicas | 12.1 | 90.147 | 62.613 |
| Passivo não circulante | | 94 | 33 |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | 6 | 65 | 33 |
| Provisões técnicas - resseguradora | 12.1 | 29 | - |
| Patrimônio líquido | 15 | 99.677 | 99.253 |
| Capital social | | 100.494 | 100.494 |
| Reservas de capital | | 1.600 | 1.600 |
| Ações em tesouraria | | (494) | - |
| Prejuízos acumulados | | (1.923) | (2.841) |
| Total do Passivo | | 217.117 | 189.252 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014
(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

| | Notas | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|---|-------|--------------|--------------|
| Prêmios emitidos | 17a | 44.065 | 31.309 |
| Variações das provisões técnicas | | (11.788) | (18.164) |
| Prêmios ganhos | | 32.277 | 13.145 |
| Sinistros ocorridos | 17b | (24.737) | (8.151) |
| Custos de aquisição | 17c | (1.043) | (715) |
| Outras despesas e receitas operacionais | 17d | 3 | - |
| Resultado com retrocessão | 17e | (5.339) | (3.138) |
| Despesas administrativas | 17f | (5.200) | (4.797) |
| Despesas com tributos | 17g | (1.682) | (519) |
| Resultado financeiro | 17h | 7.225 | 5.488 |
| Receitas financeiras | | 10.524 | 7.086 |
| Despesas financeiras | | (3.299) | (1.598) |
| Resultado patrimonial | | 140 | 142 |
| Resultado operacional | | <u>1.644</u> | <u>1.455</u> |
| Imposto de renda | 7.2 | (382) | (307) |
| Contribuição social | 7.2 | (233) | (220) |
| Participação sobre o lucro | | <u>(111)</u> | <u>(36)</u> |
| Lucro líquido do semestre | | <u>918</u> | <u>892</u> |
| Quantidade de ações - em milhares | | 100.450 | 100.450 |
| Lucro líquido - por mil ações | | 9,14 | 8,88 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 30 de Junho de 2014
(Em milhares de reais)

| | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|---|--------------|--------------|
| Atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do semestre | 918 | 892 |
| Ajustes para: | | |
| Depreciação e amortizações | 61 | 56 |
| Variação nas contas patrimoniais: | | |
| Ativos financeiros | (9.044) | (6.134) |
| Créditos das operações de seguros e resseguros | 1.683 | (16.905) |
| Ativos de resseguro | (20.496) | (10.560) |
| Créditos fiscais e previdenciários | 113 | 39 |
| Ativo fiscal diferido | 187 | 128 |
| Despesas antecipadas | (378) | (47) |
| Custo de aquisição diferido | (33) | (474) |
| Outros ativos | (49) | (59) |
| Impostos e contribuições | (7) | 314 |
| Outras contas a pagar | 304 | (24) |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | 396 | 11.413 |
| Depósitos de terceiros | (815) | 71 |
| Provisões técnicas - seguros e resseguros | 27.562 | 23.082 |
| Caixa gerado pelas operações | 402 | 1.792 |
| Atividades de investimentos | | |
| Pagamento pela compra | | |
| Imobilizado | (61) | (6) |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimento | (61) | (6) |
| Atividades de financiamento | | |
| Aumento de capital | - | 494 |
| Ações em tesouraria | (494) | - |
| Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento | (494) | 494 |
| Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa | (153) | 2.280 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre | 1.284 | 1.588 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre | 1.131 | 3.868 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 30 de Junho de 2014

(Em milhares de reais)

| | Capital Social | Reserva de Capital | Ações em Tesouraria | Prejuízos acumulados | Total |
|--------------------------------------|----------------|--------------------|---------------------|----------------------|---------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2014 | 100.000 | 1.600 | - | (5.521) | 96.079 |
| Aumento de capital | 494 | - | - | - | 494 |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | 892 | 892 |
| Saldo em 30 de junho de 2014 | 100.494 | 1.600 | - | (4.629) | 97.465 |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | 100.494 | 1.600 | - | (2.841) | 99.253 |
| Ações em Tesouraria (Nota 9.3) | - | - | (494) | - | (494) |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | 918 | 918 |
| Saldo em 30 de Junho de 2015 | 100.494 | 1.600 | (494) | (1.923) | 99.677 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional

A Terra Brasis Resseguros S.A. (doravante referida também como “Terra Brasis” ou “Companhia” ou “Resseguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada à Rua Minas da Prata, nº 30, conjunto 122, Itaim Bibi, São Paulo, Capital, CNPJ 12.909.684/0001-28.

Foi constituída em 20 de setembro de 2010 como prestadora de serviços, com o propósito de transformar-se em Resseguradora Local. No exercício de 2011, ainda em fase pré-operacional, desenvolveu sistemas e processos para a estruturação das operações de resseguro.

Em 4 de outubro de 2012, por meio da Portaria nº 4.881, recebeu da Superintendência de Seguros Privados – Susep autorização para operar como Resseguradora Local em atividades de resseguro e retrocessão, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Resolução CNSP nº 168/2007.

A Resseguradora é uma coligada do Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

a) Base de preparação: As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep, que compreendem as normas estabelecidas pela Susep os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, quando referendados pela Susep, e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Terra Brasis em 19 de Agosto de 2015.

b) Comparabilidade: As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas com informações comparativas de período anterior, conforme disposições do CPC 21 - Demonstrações Intermediárias, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Circular Susep nº 508/2015.

c) Continuidade: A Administração avaliou a capacidade da Terra Brasis em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

d) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Resseguradora. Exceto quando indicado de outra forma, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

e) Base para mensuração: Os Ativos e Passivos são mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial:

- i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- ii. provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Susep.

f) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação de demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com as normas publicadas pela Susep, exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.2 - Instrumentos financeiros;
- Nota 3.3 - Prêmios emitidos;
- Nota 3.9 - Provisões técnicas e teste de adequação de passivos;
- Nota 6 - Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros;
- Nota 7 - Imposto de renda e contribuição social.

g) Segregação entre circulante e não circulante: A Terra Brasis efetua a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da entidade; ou
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados e estão demonstradas a seguir.

3.1. Disponível: Incluem o numerário disponível em caixa e os saldos positivos em conta movimento.

3.2. Instrumentos financeiros: A Terra Brasis classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

3.2.a. Classificações das categorias:

i. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Terra Brasis gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do semestre.

ii. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii. *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do semestre.

iv. *Recebíveis*

Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros que são avaliados, periodicamente, quanto à sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do semestre.

3.2.b. Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas nas notas explicativas.

3.2.c. Hierarquia do valor justo:

O valor justo é classificado nos seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;

Nível 2: Quando é utilizada uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto;

Nível 3: Ativos cujo valor justo é determinado com base em premissas internas tendo em vista a ausência de informações e dados observáveis no mercado.

3.3. Prêmios emitidos: A Terra Brasis subscreve contratos de resseguro que visam fornecer cobertura para riscos ofertados pelas Sociedades Seguradoras e Resseguradoras (denominadas Cedentes).

Os contratos são denominados facultativos quando são subscritos especificamente para cobrir o risco ofertado individual e facultativamente pelas Cedentes e são denominados de automáticos ou de carteira quando a Cedente e a Terra Brasis definem previamente os tipos e as condições em que os riscos devem ser automaticamente incluídos no contrato.

Os contratos podem ser proporcionais quando a Terra Brasis e a Cedente dividem proporcionalmente os prêmios e os sinistros originais dos riscos do contrato ou podem ser não proporcionais, também chamados resseguros de sinistros, quando a Terra Brasis participa somente nos sinistros acima de determinado valor e recebe da Cedente um prêmio calculado especificamente para esta responsabilidade.

Os prêmios de riscos vigentes não emitidos (RVNE) são apurados com base em metodologia própria, de acordo com o previsto nas normas do CNSP, regulamentadas pela Susep.

Para os contratos facultativos os prêmios de resseguro são registrados integralmente na data de subscrição dos contratos.

Para os contratos automáticos não proporcionais os prêmios de resseguro também são registrados integralmente na data de subscrição dos contratos, com base no prêmio depósito, sendo monitorados durante a vigência do contrato e ajustados aos seus valores efetivos no final do período de cobertura do risco.

Para os contratos automáticos proporcionais os prêmios de resseguro são registrados mensalmente com base em estimativas fornecidas pelas Cedentes e subscritas pela Companhia, visando acompanhar no tempo e no valor a emissão de prêmios pelas Cedentes. Inicialmente as estimativas são ajustadas por um fator de corte mensurado com base na experiência histórica da companhia, são monitoradas durante a vigência dos contratos e atualizadas quando do recebimento de informações das Cedentes.

A Terra Brasis contrata coberturas e mantém contratos de retrocessão para aumentar sua capacidade de aceitação, restringir sua responsabilidade ao limite de retenção por risco subscrito e mitigar o risco de perdas significativas originadas de eventos catastróficos.

Os prêmios cedidos das retrocessões proporcionais são registrados em consonância com o registro dos prêmios das aceitações cobertas por elas. Os prêmios das retrocessões não proporcionais são registrados integralmente na data de cessão do contrato de retrocessão.

As despesas de comercialização são registradas de acordo com os mesmos critérios aplicados aos prêmios.

3.4. Prêmios ganhos: Para os contratos facultativos os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro-rata die*, ao longo do período de vigência dos riscos envolvidos.

Para os contratos automáticos proporcionais e para os contratos automáticos não proporcionais do tipo *Risk Attaching* (nos quais os riscos subscritos no período do contrato estão cobertos durante todas as suas vigências) os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro-rata die* ao longo do período de vigência dos riscos envolvidos nos contratos, conforme informações e estimativas de vigências médias fornecidas pelas Cedentes.

Para os contratos automáticos não proporcionais do tipo *Loss Occuring* (nos quais estão cobertos os sinistros ocorridos no período de vigência do contrato) os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro-rata die* ao longo do período de vigência dos contratos.

Para os contratos de retrocessão os mesmos princípios de apropriação acima se aplicam às retrocessões cedidas.

3.5. Sinistros ocorridos: Corresponde à somatória das indenizações pagas no período e da variação no período das provisões para sinistros a liquidar (PSL), para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) e para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER).

3.6. Imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende móveis e utensílios e equipamentos utilizados na condução dos negócios e é demonstrado ao custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada. Estima-se a vida útil de móveis e utensílios em 10 anos e de equipamentos em 5 anos.

3.7. Intangível: Os custos associados à aquisição de *software* são ativados e amortizados durante sua vida útil estimada e não superior a cinco anos. Os desenvolvidos internamente são reconhecidos como despesas do período.

3.8. Contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

3.9. Provisões técnicas e teste de adequação de passivos: As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela Susep.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parte proporcional à vigência a decorrer dos prêmios de resseguro, calculada *pro-rata die*, dos riscos em vigor, sendo determinada, para cada tipo de contrato, por informações ou estimativas, com os mesmos critérios usados para a apropriação dos prêmios.

A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para apurar a parcela dos prêmios não ganhos relativos aos contratos de resseguros não emitidos, de acordo com os critérios estabelecidos em Nota Técnica Atuarial, pela Circular Susep nº 462/2013 e alterações posteriores.

A provisão de excedentes técnicos (PET) é constituída de acordo com os critérios estabelecidos em cláusulas específicas dos contratos de resseguro que tem previsão para participação das Cedentes nos lucros do contrato.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros ocorridos e avisados com base em estimativa das indenizações informadas pelas Cedentes até a data do balanço.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída com base em cálculos atuariais que consideram a sinistralidade final esperada deduzida dos sinistros já avisados até a data do balanço.

A provisão de despesas relacionadas (PDR-IBNR) é constituída pelos valores das despesas esperadas relacionadas com os sinistros ocorridos, mas que ainda não foram avisados.

Os passivos de retrocessão são compostos por prêmios devidos, consistentes com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos.

Conforme o CPC - 11, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguro deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguro.

O teste de adequação de passivos (TAP) foi elaborado de acordo com as disposições da Circular Susep nº 457/2012, e englobou os contratos de resseguros vigentes na data-base de 30 de junho de 2015. O resultado do teste é a diferença entre o saldo contábil das provisões técnicas e o valor das estimativas dos fluxos de caixa futuros das obrigações relacionadas aos riscos vigentes, ambos na data-base. O resultado negativo apurado significa uma insuficiência das provisões técnicas, que deve ser constituída como provisão complementar de cobertura (PCC), no caso de sinistros a ocorrer, ou complementam o saldo da própria provisão que apresentar a insuficiência, no caso de sinistros ocorridos.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente com base na estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), divulgada pela Susep para cada indexador contratual.

O resultado do teste de adequação de passivos demonstrou que as provisões atuais são suficientes para honrar todas as obrigações relacionadas aos contratos vigentes em 30 de junho de 2015. Não há, portanto, necessidade da constituição da provisão complementar de cobertura (PCC), referente a eventuais insuficiências da PPNG, ou de se complementar o saldo das demais provisões.

3.10. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$120 no semestre) e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e os diferidos. Os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Quando aplicável, o imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes). O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem dedutíveis, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados mensalmente e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11. PIS e COFINS: As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

3.12. Tributos diferidos: Tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para a compensação dos tributos. São reconhecidos também, ativos de tributos diferidos sobre adições temporárias, decorrentes de ajuste entre resultado contábil e fiscal. Julgamento profissional é necessário para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros.

3.13. Demonstração do Resultado Abrangente (DRA): A Resseguradora não apresentou a Demonstração do Resultado Abrangente por não possuir outros resultados abrangentes no semestre.

4. Disponível

O saldo em banco pode ser decomposto em R\$ 319 em contas correntes em moeda nacional e R\$ 808 em conta corrente em moeda estrangeira, o equivalente a US\$ 260 mil, conforme quadro abaixo:

| Disponível | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|--------------|--------------|--------------|
| Caixa | 4 | 6 |
| Bancos | 1.127 | 1.278 |
| Total | 1.131 | 1.284 |

5. Aplicações Financeiras

5.1. Composição das Aplicações

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são os demonstrados a seguir:

| | Rendimento | 30/06/2015 | | 31/12/2014 | |
|--|-----------------------|----------------|------------|----------------|------------|
| | | Valor | % | Valor | % |
| Títulos a valor justo por meio do resultado | | | | | |
| Títulos Públicos - LFT | 100% Selic | 21.801 | 18 | 24.443 | 22 |
| Títulos Privados - Letras Financeiras | 105,70% a 120,00% CDI | 39.685 | 33 | 36.147 | 33 |
| Títulos Privados - Debêntures | 105,08% a 113,00% CDI | 25.869 | 21 | 18.364 | 16 |
| Títulos Privados - Cédula de Crédito Bancário | CDI + 5,00% | 2.651 | 2 | 2.444 | 2 |
| Quotas de fundos de investimentos abertos (*) | | 21.292 | 18 | 20.855 | 19 |
| Ações - Companhia de capital fechado | | 9.380 | 8 | 9.380 | 8 |
| Total | | 120.678 | 100 | 111.633 | 100 |

(*) Todos os fundos nos quais a Terra Brasis aplica seus recursos são fundos não exclusivos, com seus dados disponíveis para consulta pública, abertos para outros investidores (inclusive entidades não supervisionadas pela Susep) e sem prazo de vencimento.

5.2. Abertura por Vencimento

Apresentamos a seguir a composição das aplicações por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão registrados contabilmente no ativo circulante independentemente dos prazos de vencimento.

| | 30/06/2015 | | | | | 31/12/2014 | | | | |
|---|--------------------------------|---------------|-----------------|----------------|------------|--------------------------------|---------------|-----------------|----------------|------------|
| | Sem Vencimento ou de até 1 ano | De 1 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total | % | Sem Vencimento ou de até 1 ano | De 1 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total | % |
| Quotas Fundos de Investimento Aberto | 21.292 | - | - | 21.292 | 18 | 20.855 | - | - | 20.855 | 19 |
| Ações | 9.380 | - | - | 9.380 | 8 | 9.380 | - | - | 9.380 | 8 |
| Titulos Públicos | - | 21.801 | - | 21.801 | 18 | 6.779 | 17.664 | - | 24.443 | 22 |
| LFT | - | 21.801 | - | 21.801 | 18 | 6.779 | 17.664 | - | 24.443 | 22 |
| Titulos Privados | 11.438 | 51.745 | 5.022 | 68.205 | 56 | 38.591 | 17.295 | 1.069 | 56.955 | 51 |
| Debêntures | - | 20.847 | 5.022 | 25.869 | 21 | - | 17.295 | 1.069 | 18.364 | 17 |
| Cédula crédito bancário | 2.651 | - | - | 2.651 | 2 | 2.444 | - | - | 2.444 | 2 |
| Letras financeiras | 8.787 | 30.898 | - | 39.685 | 33 | 36.147 | - | - | 36.147 | 32 |
| Total | 42.110 | 73.546 | 5.022 | 120.678 | 100 | 75.605 | 34.959 | 1.069 | 111.633 | 100 |

5.3. Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado

| | 30/06/2015 | | | 31/12/2014 | | |
|---|---------------------------|----------------------|----------------------|---------------------------|----------------------|----------------------|
| | Valor do custo atualizado | Ajuste a valor Justo | Valor Justo/Contábil | Valor do custo atualizado | Ajuste a valor Justo | Valor Justo/Contábil |
| Titulos Públicos - LFT | 21.802 | (1) | 21.801 | 24.445 | (2) | 24.443 |
| Titulos Privados - Letras Financeiras | 39.657 | 28 | 39.685 | 36.132 | 15 | 36.147 |
| Titulos Privados - Debêntures | 25.862 | 7 | 25.869 | 18.342 | 22 | 18.364 |
| Titulos Privados - Cédula de Crédito Bancário | 2.655 | (4) | 2.651 | 2.447 | (3) | 2.444 |
| Quotas de fundos de investimentos abertos | 21.292 | - | 21.292 | 20.855 | - | 20.855 |
| Ações - Companhia de capital fechado | 9.380 | - | 9.380 | 9.380 | - | 9.380 |
| Total | 120.648 | 30 | 120.678 | 111.601 | 32 | 111.633 |

5.4. Hierarquia de Valor Justo das Aplicações Financeiras

| | 30/06/2015 | | | 31/12/2014 | | |
|---|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Titulos Públicos - LFT | 21.801 | - | - | 24.443 | - | - |
| Titulos Privados - Letras Financeiras | - | 39.685 | - | - | 36.147 | - |
| Titulos Privados - Debêntures | - | 25.869 | - | - | 18.364 | - |
| Titulos Privados - Cédula de Crédito Bancário | - | 2.651 | - | - | 2.444 | - |
| Quotas de fundos de investimentos abertos | - | 21.292 | - | - | 20.855 | - |
| Ações - Companhia de capital fechado | - | - | 9.380 | - | - | 9.380 |
| Total | 21.801 | 89.497 | 9.380 | 24.443 | 77.810 | 9.380 |

O valor justo das quotas de fundos de investimento financeiro foi estimado como sendo o valor patrimonial divulgado pelos Administradores dos fundos de investimento, nos quais a Terra Brasis aplica seus recursos. Os instrumentos financeiros estão registrados na carteira dos fundos de investimento. A Terra Brasis não opera diretamente com derivativos. Os fundos de investimentos são classificados como Nível 2 e podem usar derivativos dentro da sua estratégia de investimento (vide nota 3.2.c). As Ações de Companhia de capital fechado são classificadas em Nível 3 e contabilizadas a preço de custo.

5.5. Movimentações das aplicações financeiras

| | 01/01/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2014 a 31/12/2014 |
|----------------------|----------------------------|----------------------------|
| Saldo Inicial | 111.633 | 97.348 |
| Aplicações | 22.658 | 117.716 |
| Resgates | (21.900) | (115.341) |
| Rendimentos | 8.287 | 11.910 |
| Saldo Final | 120.678 | 111.633 |

5.6 Desempenho: Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos atingiu 6,68% no acumulado de janeiro a junho de 2015, representando aproximadamente 113% do CDI que foi de 5,87% no semestre. No mesmo período de 2014 atingiu 5,49%, representando 110% do CDI que foi de 4,93% no semestre.

6. Créditos e Débitos de Operações com Seguros e Resseguros

6.1. Composição

| Grupo | Créditos de operações | | Débitos de operações | |
|--------------------|-----------------------|---------------|----------------------|---------------|
| | 30/06/2015 | 31/12/2014 | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
| Patrimonial | 20.160 | 19.034 | 13.466 | 11.302 |
| Riscos Especiais | 332 | 994 | 247 | 673 |
| Responsabilidades | 1.865 | 1.827 | 359 | 573 |
| Automóvel | 262 | 272 | 132 | 106 |
| Transportes | 7.269 | 12.026 | 4.800 | 8.483 |
| Riscos Financeiros | 5.977 | 4.374 | 4.216 | 2.581 |
| Pessoas Coletivo | 568 | 882 | 288 | 1.203 |
| Habitacional | 57 | 43 | 209 | 162 |
| Rural | 2.614 | 668 | 1.848 | 15 |
| Outros | 538 | - | 61 | - |
| Marítimos | 972 | 2.194 | 75 | 204 |
| Aeronáuticos | 268 | 251 | 139 | 110 |
| Total | 40.882 | 42.565 | 25.840 | 25.412 |

6.1.a. Movimentações dos Créditos das Operações de Seguros e Resseguros

| | 01/01/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2014 a 31/12/2014 |
|-------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Saldo inicial | 42.565 | 11.872 |
| Pêmios Emitidos | 42.189 | 56.828 |
| Pêmios Emitidos RVNE | 1.876 | 3.491 |
| Recebimento | (46.339) | (31.868) |
| Oscilação Cambial | 349 | 96 |
| Recuperação de Sinistro | 242 | 2.146 |
| Saldo Final | 40.882 | 42.565 |

6.1.b. Movimentações dos Débitos das Operações de Seguros e Resseguros

| | 01/01/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2014 a 31/12/2014 |
|--------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Saldo inicial | 25.412 | 6.859 |
| Prêmios de Retrocessão Emitidos | 29.390 | 27.690 |
| Prêmios de Retrocessão Emitidos RVNE | 1.647 | 2.148 |
| Corretagem | 1.013 | 2.125 |
| Pagamentos | (31.695) | (13.378) |
| Oscilação Cambial | 73 | (32) |
| Saldo Final | 25.840 | 25.412 |

6.2. Fluxo de Realização de Recebimento e Pagamento**6.2.a. Prazos de Recebimento:**

| | 30/06/2015 | | | 31/12/2014 | | |
|-------------------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | Vincendos | Vencidos | Total | Vincendos | Vencidos | Total |
| Sem Vencimento ^(*) | 15.146 | - | 15.146 | 18.846 | - | 18.846 |
| 1 a 30 dias | 13.943 | 963 | 14.906 | 12.271 | 1.239 | 13.510 |
| 31 a 60 dias | 1.169 | 65 | 1.234 | 2.114 | 125 | 2.239 |
| 61 a 120 dias | 2.721 | 101 | 2.822 | 2.062 | 179 | 2.241 |
| 121 a 180 dias | 2.057 | 68 | 2.125 | 1.553 | 197 | 1.750 |
| 181 a 365 dias | 4.609 | 21 | 4.630 | 3.881 | 72 | 3.953 |
| acima 365 dias | 19 | - | 19 | 26 | - | 26 |
| Total | 39.664 | 1.218 | 40.882 | 40.753 | 1.812 | 42.565 |

(*) Estimativa dos prêmios dos contratos automáticos proporcionais para os quais ainda não foram recebidas as prestações de contas elaboradas pelas Cedentes. Desta forma, não há uma data efetiva para o recebimento e, portanto são classificados como sem vencimento.

6.2.b. Prazos de Pagamento:

| | 30/06/2015 | | | 31/12/2014 | | |
|-------------------------------|---------------|-----------|---------------|---------------|------------|---------------|
| | Vincendos | Vencidos | Total | Vincendos | Vencidos | Total |
| Sem Vencimento ^(*) | 8.108 | - | 8.108 | 9.773 | - | 9.773 |
| 1 a 30 dias | 9.569 | 52 | 9.621 | 8.220 | 32 | 8.252 |
| 31 a 60 dias | 451 | 1 | 452 | 2.399 | - | 2.399 |
| 61 a 120 dias | 3.888 | 4 | 3.892 | 827 | 348 | 1.175 |
| 121 a 180 dias | 955 | 7 | 962 | 1.076 | - | 1.076 |
| 181 a 365 dias | 2.734 | 6 | 2.740 | 2.649 | - | 2.649 |
| acima 365 dias | 65 | - | 65 | 88 | - | 88 |
| Total | 25.770 | 70 | 25.840 | 25.032 | 380 | 25.412 |

(*) Estimativa dos prêmios dos contratos automáticos proporcionais de retrocessão para os quais ainda não foram recebidas as prestações de contas elaboradas pelas Cedentes correspondentes aos contratos de resseguros aceitos. Desta forma, não há uma data efetiva para o pagamento e, portanto são classificados como sem vencimento.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social**7.1.a Créditos Tributários**

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 | Varição |
|--|--------------|--------------|--------------|
| Circulante | 57 | 169 | (112) |
| Créditos tributários | 57 | 169 | (112) |
| Não circulante | 2.915 | 3.102 | (187) |
| Créditos de imposto de renda diferido | 1.822 | 1.939 | (117) |
| Créditos de contribuição social diferido | 1.093 | 1.163 | (70) |
| Total | 2.972 | 3.271 | (299) |

7.1.b Constituição e Compensação dos Créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

| Ano de constituição/compensação | Base de cálculo | Constituição e compensação do crédito tributário | | |
|------------------------------------|--------------------|---|--------------|--------------|
| | | CSLL | IRPJ | Total |
| Anteriores a 2013 | 4.976 | 746 | 1.244 | 1.990 |
| 2013 | 4.108 | 616 | 1.027 | 1.643 |
| 2014 | - | (199) | (332) | (531) |
| 2015 | - | (70) | (117) | (187) |
| Total | 9.084 | 1.093 | 1.822 | 2.915 |

São constituídos créditos diferidos do imposto de renda e da contribuição social sobre os prejuízos fiscais apurados em cada período. A estimativa da Administração, conforme plano de negócios é a de que os créditos tributários sejam compensados em até cinco anos da data de início das operações.

7.2. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

| | 30/06/2015 | | 30/06/2014 | |
|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição Social | Imposto de renda | Contribuição Social |
| Lucro antes dos impostos e após participações | 1.533 | 1.533 | 1.419 | 1.419 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes | 383 | 233 | 343 | 213 |
| Diferenças permanentes | (1) | - | 12 | 7 |
| Tributo antes das compensações | 382 | 233 | 355 | 220 |
| Compensação prejuízo fiscal / base negativa | (116) | (70) | (110) | (66) |
| Imposto corrente | 266 | 163 | 245 | 154 |
| Constituição de crédito tributário | 116 | 70 | 62 | 66 |
| Total | 382 | 233 | 307 | 220 |
| Alíquota efetiva | 25% | 15% | 22% | 16% |

8. Ativo Imobilizado e Intangível

| | Móveis e Utensílios | Equipamentos | Software | Total |
|----------------------------------|---------------------|--------------|------------|------------|
| Em 30 de junho de 2015 | | | | |
| Saldo inicial | 189 | 88 | 313 | 590 |
| Aquisições | 3 | 58 | - | 61 |
| Depreciação acumulada | (23) | (20) | (18) | (61) |
| Saldo Final | 169 | 126 | 295 | 590 |
| Em 31 de dezembro de 2014 | | | | |
| Saldo inicial | 230 | 124 | 276 | 630 |
| Aquisições | - | 6 | 69 | 75 |
| Depreciação acumulada | (41) | (42) | (32) | (115) |
| Saldo Final | 189 | 88 | 313 | 590 |

9. Transações com Partes Relacionadas

9.1. A Terra Brasis realiza investimentos em fundos abertos geridos pela Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda. Os investimentos da Terra Brasis não constituem participação relevante nos fundos mencionados acima.

9.2. A remuneração global do pessoal-chave da Administração no semestre foi de R\$ 1.218 (R\$ 2.270 em 2014) que compreende substancialmente pró-labore.

9.3. Em 05 de Fevereiro de 2015 a Terra Brasis recomprou 1.000.000 de ações da L&S Participações, pelo valor de R\$ 494 (quatrocentos e noventa e quatro mil reais), que representavam a totalidade de sua participação na Companhia.

10. Depósitos de Terceiros

| | <u>30/06/15</u> | <u>31/12/2014</u> |
|-------------------|-------------------|---------------------|
| De 1 a 30 dias | 410 | 594 |
| De 31 a 60 dias | - | 195 |
| De 61 a 120 dias | 7 | 359 |
| De 121 a 180 dias | 8 | 47 |
| De 181 a 365 dias | - | 45 |
| Total | <u><u>425</u></u> | <u><u>1.240</u></u> |

11. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)

| | <u>30/06/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Patrimônio Líquido | 99.677 | 99.253 |
| Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro | (388) | (10) |
| Créditos tributários não circulante | (2.915) | (3.102) |
| Ativos intangíveis | (295) | (313) |
| a. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) | 96.079 | 95.828 |
| b. Capital Base | 60.000 | 60.000 |
| c. Capital de Risco | 16.815 | 17.340 |
| Parcela Baseada no Risco de Subscrição | 5.714 | 5.051 |
| Parcela Baseada no Risco de Crédito | 12.596 | 13.825 |
| Benefício da Diversificação | (2.084) | (1.950) |
| Parcela Baseada no Risco Operacional | 589 | 414 |
| d. Capital Mínimo Requerido (max[b,c]) | 60.000 | 60.000 |
| Suficiência de Capital (a - d) | 36.079 | 35.828 |
| Suficiência de Capital (d/e) | 60% | 60% |

12. Provisões Técnicas e Custos de Aquisição Diferidos

12.1 Resseguros e Retrocessões Aceitas

| 30/06/2015 | Provisão de prêmios não ganhos | | | Provisão de sinistros | | | Outras provisões | | Total |
|--------------------|--------------------------------|--------------|-----------------|-----------------------|------------|---------------|------------------|------------|---------------|
| | Emitidos | RVNE | Comissão | IBNR | IBNER | Avisados | PET | IBNR | |
| Grupo | | | | | | | | | |
| Patrimonial | 22.887 | 3.430 | (3.624) | 590 | 58 | 20.058 | 82 | 58 | 43.539 |
| Riscos especiais | 564 | 88 | (71) | 1.764 | 26 | 1 | - | 174 | 2.546 |
| Responsabilidades | 1.986 | 317 | (185) | 2.829 | 53 | 405 | 37 | 280 | 5.722 |
| Automóvel | 209 | 27 | (54) | 178 | 4 | 243 | 1 | 18 | 626 |
| Transportes | 8.395 | 1.317 | (990) | 2.450 | 223 | 4.304 | 86 | 242 | 16.027 |
| Riscos financeiros | 15.346 | 1.684 | (5.876) | 433 | 53 | 760 | 204 | 43 | 12.647 |
| Pessoas coletivo | 109 | 19 | - | 300 | 31 | 114 | 313 | 30 | 916 |
| Habitacional | 8 | 1 | (3) | - | - | 15 | 38 | - | 59 |
| Rural | 2.336 | 295 | (675) | - | - | 105 | - | - | 2.061 |
| Outros | 416 | 74 | - | 32 | 1 | - | - | 3 | 526 |
| Marítimos | 1.501 | 266 | (4) | 579 | 49 | 2.355 | 8 | 57 | 4.811 |
| Aeronáuticos | 286 | 45 | (31) | 80 | 4 | 297 | 7 | 8 | 696 |
| Total | 54.043 | 7.563 | (11.513) | 9.235 | 502 | 28.657 | 776 | 913 | 90.176 |

| 31/12/2014 | Provisão de prêmios não ganhos | | | Provisão de sinistros | | | Outras provisões | | Total |
|--------------------|--------------------------------|--------------|-----------------|-----------------------|------------|---------------|------------------|------------|---------------|
| | Emitidos | RVNE | Comissão | IBNR | IBNER | Avisados | PET | IBNR | |
| Grupo | | | | | | | | | |
| Patrimonial | 19.329 | 2.745 | (3.905) | 2.557 | 152 | 7.817 | 63 | 254 | 29.012 |
| Riscos especiais | 1.395 | 221 | (149) | 1.066 | 28 | 182 | - | 105 | 2.848 |
| Responsabilidades | 1.614 | 262 | (125) | 2.175 | 44 | 91 | 25 | 215 | 4.301 |
| Automóvel | 214 | 24 | (78) | 130 | 2 | 167 | 2 | 13 | 474 |
| Transportes | 9.952 | 1.198 | (3.216) | 1.785 | 127 | 2.997 | 72 | 176 | 13.091 |
| Riscos financeiros | 6.881 | 768 | (2.562) | 67 | 3 | 566 | 121 | 7 | 5.851 |
| Pessoas coletivo | 77 | 14 | - | 16 | - | 343 | 280 | 2 | 732 |
| Habitacional | 7 | 1 | (3) | - | - | 9 | 24 | - | 38 |
| Rural | 607 | 82 | (147) | - | - | 68 | - | - | 610 |
| Marítimos | 1.910 | 332 | (39) | 312 | 9 | 2.662 | 3 | 31 | 5.220 |
| Aeronáuticos | 246 | 39 | (28) | 105 | 4 | 88 | 5 | 10 | 469 |
| Total | 42.232 | 5.686 | (10.252) | 8.213 | 369 | 14.990 | 595 | 813 | 62.646 |

Obs: RVNE: Riscos Vigentes Não Emitidos; Comissão: Comissão da Cedente; IBNR: Sinistros Ocorridos e Não Avisados ("Incurred But Not Reported"); IBNER: Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados ("Incurred But Not Enough Reported"); PET: Provisão de Excedentes Técnicos; PDR-IBNR: Provisão de Despesas Relacionadas de IBNR.

12.2. Retrocessões Cedidas

| 30/06/2015 | Provisão de prêmios não ganhos | | | Provisão de sinistros | | | Outras provisões | | Total |
|--------------------|--------------------------------|--------------|----------------|-----------------------|------------|---------------|------------------|------------|---------------|
| | Emitidos | RVNE | Comissão | IBNR | IBNER | Avisados | PET | IBNR | |
| Patrimonial | 14.453 | 1.977 | (2.540) | 1.482 | 157 | 8.297 | 48 | 145 | 24.019 |
| Riscos especiais | 285 | 38 | (88) | 1.118 | 16 | 1 | - | 111 | 1.481 |
| Responsabilidades | 301 | 53 | (15) | 1.191 | 14 | 10 | - | 118 | 1.672 |
| Automóvel | 106 | 12 | (44) | 210 | 4 | 52 | - | 21 | 361 |
| Transportes | 5.211 | 815 | (875) | 2.217 | 169 | 2.703 | - | 219 | 10.459 |
| Riscos financeiros | 11.410 | 1.237 | (4.953) | 736 | 33 | - | 2 | 73 | 8.538 |
| Pessoas Coletivo | - | - | - | 228 | 24 | 88 | 243 | 23 | 606 |
| Habitacional | 2 | - | (1) | - | - | 4 | - | - | 5 |
| Rural | 1.852 | 231 | (642) | 129 | 7 | - | - | 13 | 1.590 |
| Marítimos | 8 | 2 | (1) | 76 | 2 | - | - | 7 | 94 |
| Aeronáuticos | 103 | 18 | (12) | 56 | 3 | 64 | - | 6 | 238 |
| Total | 33.731 | 4.383 | (9.171) | 7.443 | 429 | 11.219 | 293 | 736 | 49.063 |

| 31/12/2014 | Provisão de prêmios não ganhos | | | Provisão de sinistros | | | Outras provisões | | Total |
|--------------------|--------------------------------|--------------|----------------|-----------------------|------------|--------------|------------------|------------|---------------|
| | Emitidos | RVNE | Comissão | IBNR | IBNER | Avisados | PET | IBNR | |
| Patrimonial | 10.056 | 1.440 | (2.681) | 1.366 | 69 | 3.193 | 28 | 135 | 13.606 |
| Riscos especiais | 1.014 | 125 | (226) | 685 | 20 | 156 | - | 68 | 1.842 |
| Responsabilidades | 283 | 51 | (14) | 976 | 14 | - | - | 97 | 1.407 |
| Automóvel | 63 | 7 | (27) | 95 | 2 | - | - | 9 | 149 |
| Transportes | 6.689 | 730 | (2.862) | 1.690 | 86 | 2.038 | - | 167 | 8.538 |
| Riscos financeiros | 3.323 | 350 | (1.435) | - | - | - | 1 | - | 2.239 |
| Pessoas Coletivo | 24 | 4 | (1) | 13 | - | 274 | 223 | 1 | 538 |
| Habitacional | 3 | - | (1) | - | - | 4 | 9 | - | 15 |
| Rural | 1 | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Marítimos | 76 | 13 | (11) | - | - | - | - | - | 78 |
| Aeronáuticos | 87 | 16 | (4) | 48 | 2 | - | - | 5 | 154 |
| Total | 21.619 | 2.736 | (7.262) | 4.873 | 193 | 5.665 | 261 | 482 | 28.567 |

Obs: RVNE: Riscos Vigentes Não Emitidos; Comissão: Comissão da Cedente; IBNR: Sinistros Ocorridos e Não Avisados ("Incurred But Not Reported"); IBNER: Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados ("Incurred But Not Enough Reported"); PET: Provisão de Excedentes Técnicos; PDR-IBNR: Provisão de Despesas Relacionadas de IBNR

12.3. Custos de Aquisição Diferidos

| Grupo | 01/Jan/2014 a 31/12/2014 | | | | | 01/Jan/2015 a 30/06/2015 | | | | |
|--------------------|--------------------------|-------------------|------------------|----------------------|--------------|--------------------------|-------------------|------------------|----------------------|--------------|
| | Corretagem | | | | | Corretagem | | | | |
| | Saldo Inicial | Consti- tuição | Diferi- mento | Oscilação Cambial | Saldo Final | Saldo Inicial | Consti- tuição | Diferi- mento | Oscilação Cambial | Saldo Final |
| Patrimonial | 258 | 1.162 | (739) | 1 | 682 | 682 | 530 | (552) | 4 | 664 |
| Riscos Especiais | 30 | 137 | (104) | 7 | 70 | 70 | 1 | (51) | 10 | 30 |
| Responsabilidades | 183 | 123 | (228) | - | 78 | 78 | 106 | (77) | 1 | 108 |
| Automóvel | 1 | 11 | (8) | - | 4 | 4 | 9 | (6) | - | 7 |
| Transportes | 85 | 251 | (161) | 17 | 192 | 192 | 132 | (135) | 21 | 210 |
| Riscos Financeiros | 25 | 57 | (28) | - | 54 | 54 | 38 | (28) | - | 64 |
| Pessoas Coletivo | - | 46 | (44) | - | 2 | 2 | 8 | (6) | - | 4 |
| Rural | 2 | 14 | (6) | - | 10 | 10 | 2 | (5) | - | 7 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | 61 | (7) | 1 | 55 |
| Marítimos | 83 | 296 | (220) | 18 | 177 | 177 | 105 | (161) | 23 | 144 |
| Aeronáuticos | 2 | 28 | (24) | - | 6 | 6 | 21 | (15) | 4 | 16 |
| Total | 669 | 2.125 | (1.562) | 43 | 1.275 | 1.275 | 1.013 | (1.043) | 64 | 1.309 |

Para carteira atual de negócios, o prazo inicial médio de diferimento é de 13 meses e o máximo de 51 meses.

12.4. Desenvolvimento de Sinistros**12.4.a - Tabela de Desenvolvimento de Sinistros a Liquidar - Bruto de Retrocessões**

O quadro de desenvolvimento de sinistros ilustra a evolução dos avisos de sinistros recebidos pela Terra Brasis para cada ano de subscrição dos contratos. Partindo do ano em que o contrato de resseguro foi subscrito, a parte superior do quadro demonstra a evolução dos avisos de sinistros no decorrer dos anos. O montante avisado varia à medida que informações mais atualizadas são obtidas através de dados enviados pelas cedentes sobre contratos subscritos. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis na data-base dessas demonstrações financeiras.

| | Ano de Subscrição | | | |
|--|-------------------|---------------|---------------|--------------|
| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 |
| Montante avisado de sinistros | | | | |
| No ano de subscrição | 155 | 3.481 | 5.531 | - |
| Um ano após o ano de subscrição | - | 15.874 | 17.712 | 490 |
| Dois anos após o ano de subscrição | - | - | 28.622 | 1.663 |
| Três anos após o ano de subscrição | - | - | - | 1.706 |
| Quatro anos após o ano de subscrição | - | - | - | - |
| Total de sinistros avisados até a data base | 155 | 15.874 | 28.622 | 1.706 |
| Pagamentos de sinistros efetuados | - | 2.718 | 14.152 | 830 |
| Sinistros pendentes - saldo contábil na data base | 155 | 13.156 | 14.470 | 876 |

12.4.b - Tabela de Desenvolvimento de Sinistros a Liquidar - Líquido de Retrocessões**12.4.b Sinistros Líquidos de Retrocessão**

| | Ano de Subscrição | | | |
|--|-------------------|--------------|---------------|--------------|
| | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 |
| Montante avisado de sinistros | | | | |
| No ano de subscrição | 126 | 2.411 | 4.262 | - |
| Um ano após o ano de subscrição | - | 9.980 | 10.664 | 358 |
| Dois anos após o ano de subscrição | - | - | 15.554 | 1.268 |
| Três anos após o ano de subscrição | - | - | - | 1.293 |
| Quatro anos após o ano de subscrição | - | - | - | - |
| Total de sinistros avisados até a data base | 126 | 9.980 | 15.554 | 1.293 |
| Pagamentos de Sinistros efetuados | - | 1.703 | 7.286 | 525 |
| Sinistros pendentes - saldo contábil na data base | 126 | 8.277 | 8.268 | 768 |

13. Cobertura das Provisões Técnicas

A Companhia mantém vinculadas em garantia das provisões técnicas quotas de fundos de investimento, títulos públicos e títulos privados no montante de R\$ 62.781, quantia esta superior à necessidade de cobertura de R\$ 59.817, calculada conforme Resolução CNSP nº 226/2010 (art. 13, alterado pela Resolução CNSP nº 277/2013).

| | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|---------------|---------------|
| Provisões técnicas | 90.176 | 62.646 |
| Direito Creditório | (22.916) | (25.049) |
| Ativo de resseguro - IBNR | (7.443) | (4.873) |
| Montante a ser garantido | 59.817 | 32.724 |
| Quotas de fundos de investimentos abertos | 13.016 | 6.533 |
| Títulos públicos | 21.489 | 24.443 |
| Títulos privados | 28.276 | 17.702 |
| Garantia das provisões técnicas | 62.781 | 48.678 |
| Suficiência | 2.964 | 15.954 |

14. Grupos de Ramos de Atuação

14.1. Prêmios Emitidos

Os Prêmios Emitidos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de retenção são:

| Grupo | Prêmio emitido | | Percentual de retenção | |
|--------------------|----------------|---------------|------------------------|------------|
| | 30/06/2015 | 30/06/2014 | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
| Patrimonial | 19.656 | 14.995 | 26 | 52 |
| Riscos especiais | (227) | 2.414 | 20 | 29 |
| Responsabilidades | 1.996 | 1.302 | 82 | 119 |
| Automóvel | 275 | 281 | 25 | 79 |
| Transportes | 8.683 | 6.734 | 26 | 40 |
| Riscos financeiros | 8.758 | 1.796 | 18 | 57 |
| Pessoas coletivo | 782 | 1.523 | 40 | 26 |
| Habitacional | 219 | 91 | 67 | 43 |
| Rural | 2.097 | 172 | 12 | 100 |
| Outros | 532 | - | 100 | - |
| Marítimos | 1.024 | 1.737 | 102 | 100 |
| Aeronáuticos | 270 | 265 | 57 | 70 |
| Total | 44.065 | 31.309 | 30 | 53 |

14.2. Prêmios Ganhos

Os Prêmios Ganhos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e de corretagem são:

| Grupo | 30/06/2015 | | | 30/06/2014 | | |
|-----------------------|---------------|--------------------|----------------|---------------|--------------------|----------------|
| | Prêmio ganho | Sinistralidade (%) | Corretagem (%) | Prêmio ganho | Sinistralidade (%) | Corretagem (%) |
| Patrimonial | 15.244 | 94 | 3,6 | 5.917 | 60 | 5,2 |
| Riscos especiais | 782 | 72 | 6,5 | 891 | 75 | 5,8 |
| Responsabilidades | 1.621 | 65 | 4,8 | 1.051 | 65 | 10,7 |
| Automóvel | 253 | 56 | 2,3 | 143 | 75 | 3,3 |
| Transportes | 8.100 | 75 | 1,7 | 2.104 | 48 | 3,5 |
| Riscos financeiros | 2.609 | 40 | 1,1 | 388 | 106 | 2,1 |
| Pessoas coletivo | 710 | 62 | 0,8 | 1.287 | 60 | 2,3 |
| Habitacional | 205 | 27 | - | 103 | 34 | - |
| Rural | 681 | 46 | 0,7 | 41 | 56 | 2,4 |
| Outros ^(*) | 49 | 75 | 14,7 | - | - | - |
| Marítimos | 1.738 | 25 | 9,2 | 1.067 | 78 | 10,5 |
| Aeronáuticos | 285 | 78 | 5,2 | 152 | 50 | 8,9 |
| Total | 32.277 | 77 | 3,2 | 13.145 | 62 | 5,4 |

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital social: O capital social subscrito e totalmente integralizado está representado por 100.450 de ações ordinárias sem valor nominal.

15.2. Reserva de capital: Refere-se a contribuições espontâneas efetuadas pelos acionistas para reforço do patrimônio líquido.

15.3. Reserva legal: É constituída ao final de cada exercício social em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital.

15.4. Dividendos: São assegurados aos acionistas, ao final de cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedade por Ações.

15.5. Ações em tesouraria: Em 5 de fevereiro de 2015 a Companhia recomprou 1.000.000 (um milhão) de ações de sua emissão, pelo valor de R\$ 494 (quatrocentos e noventa e quatro mil reais) pertencente a L&S Participações.

16. Políticas de Gerenciamento de Riscos

Gerenciamento de riscos é definido como o processo de administrar riscos com o objetivo de manter perdas dentro de limites de tolerância preestabelecidos. A Terra Brasis possui um sistema interno de gerenciamento de riscos, fundamentado na gestão integrada de cada um dos processos de negócios, na adequação do nível de risco a objetivos preestabelecidos e do alinhamento de todos os processos à regulamentação vigente.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas áreas de negócios, na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

A estrutura de gerenciamento de riscos constitui-se de Diretoria de Riscos, Área de Controles Internos, Área de Auditoria Interna e Comitê de Investimentos.

16.1. Risco de subscrição: Risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas associadas às bases técnicas e atuariais para cálculo de prêmios e provisões técnicas, decorrentes das operações. Para padronizar e garantir a qualidade dos riscos assumidos foram criados Guias de Subscrição (*Guidelines*) para cada linha de negócio. A adequação às normas destes guias é verificada continuamente e alterações são feitas sempre que necessário.

A retenção máxima por risco, dependendo do ramo de negócio, foi definida entre 1,5% a 4,5% do capital da Terra Brasis. Contratos de retrocessão foram firmados para certas linhas de negócio, reduzindo a volatilidade esperada do resultado da carteira.

Esforço significativo é dado ao controle de possíveis acúmulos. Dentre as maiores fontes de acúmulo, monitora-se, o máximo possível, a exposição da Terra Brasis a possíveis negócios de cosseguros existentes entre Cedentes com as quais a Terra Brasis participa de contratos de resseguros e para o ramo Seguro Garantia, pertencente ao grupo Riscos Financeiros, realiza-se um controle constante do acúmulo por tomador.

16.2. Risco de crédito: Risco de crédito é definido como o risco de uma contraparte não cumprir com uma obrigação perante a Terra Brasis. A política interna de investimento prevê diretrizes quanto à exposição a risco de crédito e seu cumprimento é periodicamente monitorada pelo Comitê de Investimento. O gerenciamento dos riscos de crédito referentes a investimentos é efetuado pelos gestores dos fundos de investimentos. Para mitigar os riscos de inadimplência nos recebíveis de retrocessão, o painel de retrocessionárias é composto por companhias com rating corporativo de alto nível. A tabela a seguir apresenta a cessão de retrocessão, bruto de comissão, distribuída por rating de crédito e tipo de resseguradora.

| Rating* | 01/01/2015 a 30/06/2015 | | | | | | | | 01/01/2014 a 30/06/2014 | |
|--------------|-------------------------|------------|---------------|-------------|------------|------------|---------------|--------------|-------------------------|--------------|
| | Local | | Admitida | | Eventual | | Total | | Admitida e Total | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| AA | 20 | 0,1 | 2.860 | 7,5 | - | - | 2.880 | 7,5 | 259 | 1,4 |
| A+ | - | - | 2.858 | 7,5 | - | - | 2.858 | 7,5 | 5.601 | 30,1 |
| A | - | - | 31.704 | 82,7 | 544 | 1,4 | 32.248 | 84,1 | 12.748 | 68,5 |
| A- | - | - | - | - | 346 | 0,9 | 346 | 0,9 | - | - |
| Total | 20 | 0,1 | 37.422 | 97,6 | 890 | 2,3 | 38.332 | 100,0 | 18.608 | 100,0 |

(*) Classificados conforme rating atribuído e divulgado pela agência A.M. Best e quando não disponível pela agência Standard & Poor's

16.3. Risco de liquidez: Risco de liquidez é definido como risco de dificuldade no cumprimento de compromissos financeiros nos prazos e valores requeridos. A Terra Brasis gerencia suas necessidades de liquidez continuamente. Em 30 de junho de 2015 R\$ 110.642, o equivalente a 92% do portfólio de investimento encontrava-se aplicado em ativos de resgate em até três dias (D+3).

16.4. Risco operacional: Risco operacional é definido como perdas resultantes de falhas técnicas, processos inadequados, erros humanos ou eventos externos. A Terra Brasis por meio da Área de Controles Internos e seguindo orientações da Susep vem desenvolvendo diretrizes e procedimentos internos com a finalidade de identificar, monitorar e mitigar estes riscos, visando, entre outros, a continuidade de seus negócios em situações de emergência, desastres e catástrofes.

16.5. Risco de mercado: Risco de mercado é definido como o risco de perdas financeiras resultante de mudanças nos preços e taxas do mercado financeiro.

Para os ativos da carteira de investimento, este risco é mensurado por uma metodologia de *Value at Risk*. Observando histórico de um ano da carteira de investimentos, em 30 de Junho de 2015, para um nível de confiança de 97,5%, o potencial de perda máxima diária da Terra Brasis é estimado em R\$ 156, o correspondente a 0,14% da carteira de investimentos. Em 31 de dezembro de 2014, esta métrica era de R\$ 159, o correspondente a 0,16% da carteira de investimentos.

Para o gerenciamento do risco cambial, a Terra Brasis executa avaliações mensais dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira e utiliza investimentos em fundos cambiais para minimizar o descasamento de moedas. Em 30 de junho de 2015 a Resseguradora possuía exposição somente ao dólar americano, com total de ativos vinculados a esta moeda em valor de US\$ 2.846 mil, equivalente a R\$ 8.883, total de passivos em valor de US\$ 2.843 mil, equivalente a R\$ 8.873, resultando em exposição líquida ativa de US\$ 3 mil, valor equivalente a R\$ 9 mil.

16.6. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade têm por objetivo avaliar o impacto no resultado decorrente de variações nas premissas atuariais e de mercado.

Uma análise de sensibilidade foi realizada nos resultados do teste de adequação de passivos e consistiu em medir os impactos da variação da sinistralidade no teste na suficiência das provisões técnicas. Não houve comprometimento da suficiência das provisões. Apresentamos as variações relativas apenas para avaliação e referência, uma vez que as alterações das premissas atuariais não comprometeram a suficiência das provisões técnicas. Alguns resultados da análise de sensibilidade feitos em junho de 2015 e de 2014 estão apresentados abaixo.

| Efeito Bruto de Retrocessão | 30/06/2015 | | | 30/06/2014 | | |
|-------------------------------|------------|----------------|----------|------------|----------------|----------|
| | Impacto | % do Resultado | % do PLA | Impacto | % do Resultado | % do PLA |
| Sinistralidade 10% maior | (3.515) | -131,2% | -3,7% | (576) | 23,0% | -0,6% |
| Sinistralidade 10% menor | 3.516 | 131,2% | 3,7% | 584 | -23,3% | 0,6% |
| Efeito Líquido de Retrocessão | Impacto | % do Resultado | % do PLA | Impacto | % do Resultado | % do PLA |
| Sinistralidade 10% maior | (1.178) | -43,9% | -1,2% | (266) | 10,6% | -0,3% |
| Sinistralidade 10% menor | 1.180 | 44,0% | 1,2% | 266 | -10,6% | 0,3% |

17. Detalhamento das Contas de Resultado

| | <u>30/06/2015</u> | <u>30/06/2014</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| a) Prêmios: | | |
| Resseguro aceito | 51.290 | 35.627 |
| Retrocessão aceita | 712 | 293 |
| Resseguro e Retrocessão aceito do Exterior | 147 | - |
| RVNE | 1.876 | 2.304 |
| Comissão da cedente | (9.960) | (6.915) |
| Total prêmios emitidos | <u>44.065</u> | <u>31.309</u> |
| Varição das provisões | (11.788) | (18.164) |
| Total prêmios ganhos | <u>32.277</u> | <u>13.145</u> |
| b) Sinistros ocorridos: | | |
| Sinistros avisados | (23.614) | (4.433) |
| Varição provisão sinistros ocorridos mas não avisados | (1.123) | (3.718) |
| Total | <u>(24.737)</u> | <u>(8.151)</u> |
| c) Custo de aquisição: | | |
| Despesas com corretagem | (1.013) | (1.223) |
| Varição das despesas de corretagem | (30) | 508 |
| Constituição de corretagem | 1.013 | 1.223 |
| Diferimento de corretagem | (1.043) | (715) |
| Total | <u>(1.043)</u> | <u>(715)</u> |
| d) Outras despesas operacionais: | | |
| Outras receitas operacionais | 3 | - |
| Total | <u>3</u> | <u>-</u> |
| e) Resultado com operações de retrocessão | | |
| Receita com retrocessão | <u>13.956</u> | <u>3.471</u> |
| Retrocessão cedida | (38.331) | (18.609) |
| RVNE cedido | (1.647) | (1.428) |
| Comissão recebida da retrocessionária | 8.941 | 5.223 |
| Total prêmio de retrocessão | <u>(31.037)</u> | <u>(14.814)</u> |
| Varição das provisões | 11.742 | 8.205 |
| Despesa com retrocessão | <u>(19.295)</u> | <u>(6.609)</u> |
| Total | <u>(5.339)</u> | <u>(3.138)</u> |
| f) Despesas administrativas | | |
| Pessoal próprio e encargos sociais | (3.834) | (3.574) |
| Serviços de terceiros | (574) | (345) |
| Localização e funcionamento | (678) | (764) |
| Publicações legais, publicidade e entidades de classe | (84) | (98) |
| Outras | (30) | (16) |
| Total | <u>(5.200)</u> | <u>(4.797)</u> |

17. Detalhamento das Contas de Resultado (continuação)

| | <u>30/06/2015</u> | <u>30/06/2014</u> |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| g) Despesas com tributos | | |
| Impostos Federais | (734) | (84) |
| Impostos Estaduais e Municipais | (36) | (10) |
| COFINS | (563) | (247) |
| PIS | (91) | (40) |
| Taxa de Fiscalização Susep | (146) | (99) |
| Contribuição Sindical | (112) | (39) |
| Total | <u>(1.682)</u> | <u>(519)</u> |
| h) Resultado financeiro | | |
| Receitas: | | |
| Ativos Livres | | |
| Títulos de Renda Variável | 1.100 | 103 |
| Títulos Privados de Renda Fixa | 2.279 | - |
| Títulos Públicos de Renda Fixa | 240 | - |
| Quotas de Fundos de Investimento | 1.619 | 4.005 |
| Ativos Vinculados | | |
| Títulos Privados de Renda Fixa | 1.677 | - |
| Títulos Públicos de Renda Fixa | 1.193 | - |
| Quotas de Fundos de Investimento | 179 | 1.265 |
| Oscilação Cambial | 2.231 | 1.708 |
| Receitas Eventuais | 6 | 5 |
| Total receitas | <u>10.524</u> | <u>7.086</u> |
| Despesas: | | |
| Oscilação Cambial | (3.122) | (1.562) |
| Despesas Eventuais | (177) | (36) |
| Total despesas | <u>(3.299)</u> | <u>(1.598)</u> |
| Total | <u>7.225</u> | <u>5.488</u> |
| i) Resultado patrimonial | | |
| Receita patrimonial | 140 | 142 |
| Total | <u>140</u> | <u>142</u> |

18. Outras Informações

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória - MP 675/15 que elevou a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL do setor financeiro de 15% para 20% do lucro tributável a partir de 1º de setembro de 2015. Desta forma, a Terra Brasis irá aguardar a conversão da MP 675/15 em lei para uma análise dos possíveis efeitos desta Medida Provisória.

Conselho de Administração

Rodolfo Riechert – Presidente
André Schwartz – Vice-Presidente
Carlos Eduardo de Mori Luporini
Luiz Chrysostomo De Oliveira Filho
Paulo Eduardo de Freitas Botti
Pedro Duarte Guimarães

Diretoria

Paulo Eduardo de Freitas Botti – Diretor-Presidente
Bernardo Nolasco Rocha
Carlos Roberto De Zoppa
Luiz Alberto Pestana
Paulo Toshio Hayakawa
Rodrigo de Souza Lobo Botti

Contador

Claudinei Simão dos Santos
CRC 1SP225124/O-7

Atuário

Laércio dos Santos Vicente
MIBA-2.300

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Semestre findo em 30 de Junho de 2015

Aos membros do
Conselho de Administração da
Terra Brasis Resseguros S.A.
São Paulo – SP

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Terra Brasis Resseguros S.A. (“Terra Brasis”) é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração (“Conselho”), por ele instituído em reunião realizada em 11 de março de 2013, e cujo funcionamento obedece a seu regimento, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de agosto de 2013. O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pela Terra Brasis não sendo sua constituição obrigatória nos termos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. Não obstante, o funcionamento do Comitê é regido, também, pelas normas e disposições estabelecidas pela Resolução CNSP nº312/2014. O Comitê é composto por membros independentes eleitos pelo Conselho e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pela Resolução CNSP nº 312/2014..

De acordo com o estabelecido no estatuto social e no seu regimento interno, compete ao Comitê de Auditoria apoiar a Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Terra Brasis. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria externa é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis as atividades da Terra Brasis.

O Comitê atua através de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Atividades do Comitê

O Comitê participou de 7 reuniões desde 1º de janeiro até esta data com áreas de negócios, de contabilidade e controladoria, de controles internos e *compliance*, de gestão de riscos, com os auditores internos e externos. Reuniões específicas foram realizadas com os auditores externos para tratar dos seus planos de trabalho e da sua execução. O Comitê teve a oportunidade de identificar e apresentar sugestões a

Administração para aprimoramento dos controles internos e da gestão de riscos e acompanha a sua efetiva implementação nos prazos previstos.

O Comitê mantém com os auditores externos canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou e aprovou os planos anuais de trabalho e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores externos às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

Ao longo do primeiro semestre de 2015 o Comitê acompanhou e apoiou a Diretoria Executiva no processo de reestruturação das atividades de auditoria interna, revisou o plano de trabalho elaborado pela empresa contratada para a execução desses serviços e vem acompanhando a sua implementação.

O Comitê também manteve reuniões regulares com o Diretor Presidente e outros membros da diretoria da Terra Brasis. O Comitê se reuniu com o Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015 e 19 de agosto de 2015.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores externos as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda a aprovação, pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A. correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

19 de agosto de 2015

Comitê de Auditoria
Mozart Dornelles – Presidente
José Campos
José Rubens Alonso